

# História da educação e Teoria *Queer*

Diálogos possíveis no processo de ensino-aprendizagem

Por Antoniel dos Santos Gomes Filho<sup>1</sup>, Cícero Edinaldo dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

Almejamos contribuir para a formação acadêmica de professores-pesquisadores, apresentando uma nova perspectiva no ensino e aprendizagem em História da Educação, fundamentada a partir das postulações da teoria Queer. Partimos inicialmente de um levantamento bibliográfico, a fim de demonstrar a utilidade do diálogo interdisciplinar, destacando o arranjo de sua configuração e suas possibilidades. Consideramos que o diálogo entre a História da Educação e a teoria Queer adentra as margens do passado e do presente, com teor crítico, desnaturalizando a vida individual e social. Mostra-se como uma iniciativa pós-identitária de educar, possível de ser colocada em prática na formação de professores-pesquisadores. Assim, o diálogo entre História da Educação e teoria Queer aposta na multiplicação das diferenças que podem subverter os discursos totalizantes e hegemônicos da Ciência e do cotidiano acadêmico. Adverte a importância de contextualizar as formas de agir e reagir, salientando que a agência não é igual em todos os tempos e espaços. Serve para estranhar, desconstruir, os saberes sobre as regulações de gênero e não (re) legitimar padrões e relações vigentes.

Palavras-chave: História, Educação, Teoria Queer, Pesquisa, Ensino.

## Abstract

We aim to contribute to the academic training of teachers-researchers, presenting a new perspective on teaching and learning in History of Education, based from the postulations of Queer Theory. We start first from a literature review in order to demonstrate the usefulness of interdisciplinary dialogue, highlighting the arrangement of your configuration and its possibilities. We believe that dialogue between the History of Education and Queer Theory enters the margins of the past and present, with critical content, by undermining the individual and social life. It shows how a post-identity initiative to educate, can be put into practice in teacher-researchers. Thus, dialogue between History of Education and Queer Theory bet on multiplication of the differences that can subvert the totalizing and hegemonic discourses of science and academia everyday. Warns the importance of contextualizing the ways to act and react, stressing that the agency is not the same in all times and places. Fits surprising, deconstruct, knowledge on gender regulations and not (re) legitimize existing patterns and relationships.

Keywords: History, Education, Queer Theory, Research, Education.

1. Universidade Federal do Ceará (UFC)  
antoniel.historiacomparada@gmail.com

2. Universidade Federal do Ceará (UFC)  
ciceroedinaldo@live.com

# Introdução

O estudo apresentado pretende demonstrar as nuances que perpassam ações, atitudes e posicionamentos presentes no processo de ensino-aprendizagem. Ancora-se na articulação entre a formação de professores-pesquisadores e reflexões críticas relativas às práticas pedagógicas.

Compreendemos que as diversas práticas pedagógicas desenvolvidas nos processos de ensino-aprendizagem têm o intuito de promover a reflexão e construção dos conceitos de cultura, sociedade e educação (MIZUKAMI, 1986). Desse modo, os valores sociais sobre o sexo, o corpo e as identidades permeiam essas práticas, direta ou indiretamente, uma vez que, os livros didáticos, o currículo, a arquitetura acadêmica e escolar, entre outros dispositivos, coadunam para instaurar um modo restrito de ser e estar no mundo.

Com este artigo introdutório, almejamos contribuir para a formação de pedagogos e historiadores, apresentando uma nova perspectiva de ensinar e aprender História da Educação, isto é, fundamentada nas postulações da teoria *Queer*. Este objetivo nasce a partir das nossas experiências com a disciplina mencionada e poderá servir como um instrumental teórico-metodológico para novos direcionamentos na formação de professores-pesquisadores.

Durante o desenvolvimento de nossas reflexões utilizamos como itinerário metodológico a Revisão de Literatura (RL) com base nos escritos de Hohendorff (2014). Entre os autores selecionados, podemos destacar Butler (2000, 2003, 2006, 2011, 2014), Foucault (2011, 2014), Hall (2006), Louro (2001, 2012, 2014), Miskolci (2009, 2012), Preciado (2011) e Scott (1994, 1995). Os mesmos auxiliaram na compreensão das nuances que envolvem os temas desenvolvidos.

Do ato de *pesquisar para ensinar*, resultaram algumas discussões que apresentaremos a seguir. Na primeira parte, destacamos algumas facetas da História da Educação e suas possíveis articulações com a teoria *Queer*. Na segunda parte, dissertamos como o diálogo entre as mesmas pode ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem, por intermédio de uma temática central, que serve como exemplo, a saber: Regulações de Gênero.

A teoria *Queer* busca ser mais um meio para interpretar as normas sociais, considerando o gênero e a sexualidade como construções históricas e sociais. Nesse sentido sua proposta é trans/inter-disciplinar, pois não possui cânones de referência isolados. A trans/inter-disciplinaridade quando vista sob o enfoque pedagógico é

fundamental para compreender as atuais as questões de ensino-aprendizagem em relação a temas transversais, uma vez que, a vida social torna-se cada vez mais complexa, à educação e a formação de professores-pesquisadores deve buscar refletir sobre essa complexidade através “superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento” (DA SILVA THIESEN, 2008).

Dito isto, a teoria *queer* possibilita ao pesquisador transitar pelas ciências e romper as barreiras impostas, ampliando assim as percepções analíticas do social e seus diversos marcadores da diferença, em especial o gênero e a sexualidade. Diante dessa liberdade teórica e metodológica, a Teoria *Queer* por vezes é vista com estranhamento e desconfiança que lhes são próprias, a partir disso alguns professores e pesquisadores podem ter algumas dificuldades de pensar o ensino de suas disciplinas já consagradas na academia em articulação com os estudos *queer*, ou quaisquer outros que almejem a desconstrução e subversão normativa.

É tentando articular a referida teoria e a disciplina de História da Educação, comum nos cursos de pedagogia e em alguns cursos de licenciatura em História, que apresentamos este artigo, aproximando áreas de estudo que diretamente ainda não promovem um diálogo, porém, diante da conjuntura atual, podem trazer contribuições para o processo de ensino-aprendizagem.

## Estranhar e (des)construir

Partimos do pressuposto de que a História não tem “sentido unívoco”, embora isso não queira dizer que seja incoerente. Ao contrário, ela é inteligível e pode ser analisada em seus menores detalhes, segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas. (FOUCAULT, 2011).

A História da Educação, por sua vez, é compreendida enquanto campo epistemológico sobre o passado educacional, nas suas diversas dimensões e acepções, tendendo para uma história trans e internacional, mas também é memória, paradigma e disciplina na formação de professores-pesquisadores dos cursos de graduação em pedagogia, embora ainda não faça parte de muitos currículos dos cursos de Licenciatura em História.

Ensinar e aprender sobre História da Educação possibilita novos caminhos no processo formativo, pois cada objeto de estudo mostra-se articulado a contextos espaço-temporais variados e complexos. Logo, o seu entendimento

ancora-se numa abordagem mais ampla, sem perder de vista as configurações e especificidades regionais ou locais.

Conforme as nossas experiências em sala de aula, parece-nos que determinados assuntos vinculados a “temas polêmicos” ainda estão à margem do processo de ensino-aprendizagem, tais como sexualidade, intolerância religiosa, racismo e regulações de gênero. Estranhando este panorama atual, decidimos apresentar este artigo, vendo-o como um passo para a desconstrução de noções enraizadas no senso comum e nos cursos de formação de professores-pesquisadores. Estes últimos, em sua grade maioritária, são norteados por currículos que visam apenas à difusão de saberes inerentes às áreas abordadas, sem proporcionar um diálogo com outros conhecimentos.

Nessa perspectiva, acreditamos que a Teoria *Queer* pode ajudar no processo de desconstrução analítica da História da Educação, incentivando novos redirecionamentos no processo de ensino-aprendizagem. Embora seja menos uma metodologia e mais um foco de investigação e análise, os métodos por ela empregados encontram expressão e apoio da releitura de artefatos culturais e na própria ciência (CRESWELL, 2014).

A teoria mencionada tem caráter científico-político-militante. Está articulada à produção de um grupo de intelectuais que, nos anos 90, começou a utilizar o termo *Queer* para defender uma nova perspectiva de análise. Entre seus integrantes há divergências, embora algumas aproximações significativas sejam visíveis, tais como os estudos sobre as relações de gênero (LOURO, 2001).

Muitos dos seus pressupostos surgiram do desdobramento dos Estudos Culturais norte-americanos e do Pós-estruturalismo francês. Propõem-se a problematizar as concepções clássicas de identidade, agência, corpo, etc. Rompem com a concepção cartesiana iluminista do sujeito como base de uma epistemologia científica e ontológica, isto é, “o sujeito desde sempre aí”, despertando reflexões sobre os modos de ser e estar no mundo.

Inicialmente, o termo *Queer* foi utilizado no intuito de desestabilizar aqueles que escutassem, pois o termo nos países de língua inglesa é um xingamento, que subalterniza as pessoas homossexuais, assim como o viado, o baitola, a bixa, no Brasil. O termo *Queer* também atingiu os movimentos sociais, ao passo que promove uma crítica aos movimentos assimilacionistas, seu intuito enquanto política não consiste em desqualificar os movimentos identitários, mas sim apontar as armadilhas dos discursos hegemônicos que envolvem esses movimentos, como também demonstrar o caráter efêmero e contextual dos sujeitos. Nos últimos anos, a teoria *Queer* além de buscar questionar as normas sociais para as sexualidades e gêneros não-

hegemônicos, também tem realizado análises com outras categorias sociais, tais como: raça, etnia e classe social, entendendo que todas estas categorias perpassam a formação identitária e subjetiva dos sujeitos *queer* ou *queerings* (no sentido de sujeito de processos efêmeros) (MISKOLCI, 2009; LOURO, 2001; PRECIADO, 2011; PERES; 2012).

Atualmente, as configurações sociais não estão mais instauradas numa perspectiva fixa e estabilizada, onde a ordem das coisas permanece numa continuidade linear, significando dizer que a formação subjetiva é agora bombardeada por uma gama de possibilidades existenciais, fazendo com que as identidades sejam fragmentadas e tornem-se contraditórias, pois não mais projetamos nossas identidades numa cultura unificada e centralizada, mas numa cultura múltipla e descentralizada, que é provisória, variável e problemática (HALL, 2006).

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente [na atualidade] é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertantes e cambiantes de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar [e negociar] – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Nessas circunstâncias, podemos pensar o sujeito como transeunte, que se move, que caminha nas diversas possibilidades de ser e estar no mundo. Assim, a teoria *Queer* contribui para a formação de professores-pesquisadores do tempo presente e ajuda a olhar para o passado com olhos de estranheza, porém sem pressupor um devir. Este olhar estranha às condições de normalidade sociocultural, uma vez que ela almeja transformações práticas que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, em âmbito acadêmico, ao que pode ser conhecido em determinado contexto e às formas de se chegar ao conhecimento legitimado e aceito por outros segmentos da sociedade (LOURO, 2012). Além disso, desafia o monopólio masculino, heterossexual e branco das Ciências, das Artes e da Lei, desestabilizando também saberes enraizados na formação de professores-pesquisadores.

Ao se aproximar da História da Educação, a teoria *Queer* tende a desestabilizar conhecimentos *a priori*, demonstrando que outros foram historicamente recusados para não serem explicados, dentro e fora das universidades. Logo, instiga a pensar: A quem ou a que a nossa cultura se recusa conhecer? O que há por trás da tentativa de ocultar sujeitos e práticas sociais da história, da pedagogia e de tantas outras disciplinas?

Além disso, esta aproximação questiona o processo de diferenciação dos corpos em tempos e espaços distintos, entendendo-os além de margens pré-estabelecidas. Todavia, acreditamos que não basta aproximar os domínios epistemológicos citados, é necessário dialogar. Este diálogo não se trata de denunciar apenas os preconceitos contra as mulheres, as lésbicas, os homossexuais, os bissexuais, as travestis, as/os transexuais (e outros sujeitos) na ciência, por exemplo, mas refutar todo tipo de lógica dicotômica e discriminatória. Refere-se ao entendimento das traduções e tradições que movem e legitimam os conhecimentos ao longo dos séculos, num constante fluxo entre passado e presente. Trata-se de estranhar o que é dado como certo. Duvidar. Aprender na fluidez do movimento dos tempos históricos, reconhecendo no presente traços do passado, questionando fatos do passado no tempo presente.

A História da Educação, assim como outras disciplinas acadêmicas que perpassam a formação de professores-pesquisadores, demonstra inúmeros tipos de relações sociais. Logo, faz-se urgente ficar atento a isso, pois o *Outro*, legitimado ou ocultado temporalmente, possui informações preciosas para sabermos quem somos, de onde viemos e porque continuamos a reproduzir padrões semelhantes ou divergentes.

## Revisando a história da educação: Regulações de gênero à luz da teoria *queer*

O termo gênero apareceu inicialmente entre as feministas americanas (1960-70) que buscavam destacar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Foi incorporado nas ciências humanas e vista como uma categoria útil para o entendimento das relações sociais, indicando uma rejeição ao determinismo biológico (SCOTT, 1995).

Vale ressaltar que o movimento feminista e suas produções teóricas iniciais (por alguns denominados de feminismo de primeira onda), buscavam questionar as diferenças sociais entre homens e mulheres, ainda incorporados na perspectiva de diferenciação sexual biológica.

Na celebre frase de Simone de Beauvoir (1987) “não se nasce mulher, torna-se”, a autora não incorpora outras percepções do ser mulher para os sujeitos que não nascem com vagina, útero e ovários, desse modo à autora fala de mulher biológica para mulher biológica, sendo essa

concepção questionada e modificada no decorrer das produções feministas, gerando conflitos e discussões nos movimentos feministas.

No campo da História e suas ramificações, houve a tentativa de formatar uma historicização e uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Na História da Educação, por exemplo, desde fins do século passado, ampliaram-se os estudos sobre as instituições escolares dedicadas exclusivamente a um público específico (masculino ou feminino); redirecionam-se as investigações referentes aos processos de socialização de meninos e meninas (juntos ou separados); construíram-se teses e dissertações sobre os processos histórico-educacionais, onde a categoria de gênero mostra-se central, como por exemplo, no processo de feminização do magistério ou na educação masculina implantada nas instituições confessionais católicas.

Nestes estudos a História da Educação – vista como disciplina e domínio epistemológico, não é apenas a ferramenta para a compreensão das mudanças na organização social dos gêneros, mas também é uma participante ativa na produção sobre as relações de gênero em espaços diversificados. Em outros estudos, muitos deles inerentes a formação de professores-pesquisadores na academia, percebe-se a ausência desta categoria ou a diluição da mesma em função de outras.

Por isso, ficamos a pensar: como entender a formação histórica dos discursos de gênero e sua articulação com o tempo? Como relacioná-los, se eles parecem não tratar diretamente das regulações? Por que pesquisar as regulações de gênero em contextos vários?

Acreditamos que o estranhamento e a desconstrução podem guiar as respostas destas perguntas, desde que foquem o contexto no qual tais vivências e experiências foram legitimadas. Os contextos históricos nos quais as regulações de gênero são gestadas e reiteradas estão expressos em doutrinas religiosas, jurídicas, políticas, científicas e pedagógicas. Algumas delas milenares com transformações sutis, ao longo dos séculos. Mesmo assim, faz-se necessário analisar a forma pela qual as instituições, ciências e o senso comum operam os modos de ser e estar no mundo, revertendo e deslocando hierarquias, questionando identidades, em vez de aceitá-las como reais ou autoevidentes (SCOTT, 1994, 1995).

Em consonância com a teoria *Queer*, partimos da compreensão que o gênero –masculino ou feminino – é um mecanismo imaginário, inscrito como efeito de verdade nos corpos por um discurso de identidade estável e persistente, que busca se sustentar nos órgãos genitais. Entendido como a estilização do corpo, isto é, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório petrificado

que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma suposta essência inquestionável (BUTLER, 2003). O gênero é um processo que não tem origem nem fim. Não é aquilo que “somos”, mas aquilo que “fazemos” (SALIH, 2013).

É válido ressaltar que performatividade de gênero e performance não são similares, pois esta última pressupõe a existência de um sujeito anterior que pratica, age. Na performatividade o sujeito não existe *a priori*. Não é uma entidade preexistente, essencial. É constituída por intermédio da linguagem, por discursos temporais e espaciais no corpo/ para o corpo que o sujeito possui (BUTLER, 2011). As performatividades de gênero são históricas e não podem ser escolhidas livremente, pois há um “*scrip*”, um menu de escolhas restrito, limitado.

Podemos constatar isso quando consideramos que, em distintas sociedades, subversões, transgressões e trânsitos de gênero manifestaram-se nas instituições sociais, tais como família, escola e Igreja. Desnaturalizaram a ideia de gênero atemporal, embora este tenha continuado a apresentar-se enquanto fixo. Logo, o duelo entre o que é dito e feito demonstra que o gênero é uma norma performativa imiscuída em relações de poder e não apresenta uma homogeneidade histórica.

Ao pensar sobre as regulações de gênero na História da Educação, podemos perceber que entre as estruturas elementares do processo de generificação estão à reprodução de gestos, falas, modos de vestir, andar, etc. Tudo isso está registrado, mesmo que parcialmente, em artefatos culturais do contexto histórico, bem como em trabalhos científicos realizados *a posteriori*. Todos eles são possíveis de serem estudados para uma compreensão mais aprofundada e desmistificadora das regulações de gênero de outrora e suas influências no presente.

Conhecer historicamente, as regulações de gênero, percebendo suas nuances e desdobramentos, é uma estratégia de ressignificação pedagógica viável, pois parte da crítica da ordem existente de outrora para problematizá-la no presente. Revela as instabilidades e precariedades das identidades masculinas e femininas, como polos formadores e opostos dos gêneros inteligíveis, isto é, daqueles que são legitimados cotidianamente.

Um olhar atento sobre o que é produzido e as formas de produzir saberes na História da Educação apontam que o gênero mantém-se articulado as práticas sexuais e a fisionomia corporal. Sendo essas categorias alvos de investigações mais enfáticas desde o início dos anos de 1800 quando a igreja, o direito, a medicina e a economia buscavam legitimar quais corpos e sexualidades estavam



corretas, ou seja, corpos sem nenhum problema teratológico, atraídos por corpos opostos, sadios.

A história do corpo no período de 1840 até fins de 1930 é marcada pela da exibição de patologias na Europa e nos Estados Unidos, tendo seu ápice na década de 1980. Em Nova York, Londres e Paris, grandes espetáculos de exposições em circos, museus, parques, bares, entre outros estabelecimentos, apresentavam pessoas com alguma anomalia corporal. O homem-elefante, a mulher-camelo, a mulher-barbada, constituíam algumas das atrações. Tais pessoas eram denominadas de “monstros” e suas anomalias patológicas tornaram-se objeto comercial, servindo para educação da população, uma vez que nos museus os moldes anatômicos de cera, os moldes de carnes devastadas pela sífilis hereditária, inculcavam o perigo da promiscuidade, a prática da higiene e as virtudes da profilaxia. Os “monstros” também ensinam o que era o corpo normal e quais os limites do mesmo (COURTINE, 2011).

A partir disso, percebe-se que os discursos sobre o “monstro” serviram para educar os sujeitos dentro de uma dada norma corporal. Tais discursos permeou um período de quase 100 anos, sem contestação no campo das anomalias humanas, sendo apenas na década de 1940 que a medicina começou a investigar os sujeitos acometidos com alguma patologia teratológica não mais com “monstros”, todavia como enfermos (COURTINE, 2011).

Em contexto semelhante, ocorreu à institucionalização da identidade heterossexual como normal e natural, ao passo que as identidades homossexuais foram tidas como anormais e antinaturais. Os esforços para cunhar os termos heterossexual e homossexual, emergiram para definir os tipos de comportamento e identidades sexuais. A heterossexualidade até então era pouco teorizada como norma social, passando a ser usada com maior ênfase ao longo do século XX, onde se estabeleceu como quadro de referência social para os corpos e as sexualidades (WEEKS, 2000).

Frente a essa contextualização é perceptível que a ideia de uma sexualidade que era silenciada na sociedade em séculos passados deve ser repensada, afinal, como nos salienta Foucault (2014, p. 26), os discursos sobre sexualidade não foram reprimidos, mas ao contrário, “construiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo [...] susceptíveis de funcionar e de serem efeitos de sua própria economia”.

As exposições dos “monstros” em alguns estabelecimentos dos Estados Unidos e da Europa, e as pesquisas médicas para definir as formas de sexualidades apresentou-se como discursos de uma suposta natureza humana e as consequências da sua patologia, nos séculos XIX e XX. Indiretamente, isso se correlaciona com a História da Edu-

cação, pois tinha o intuito de ensinar as populações quais os padrões corretos para o corpo e o sexo, ou melhor, quais as fronteiras dessa normalidade.

Tais ensinamentos não se restringiam a escola. Em todos os lugares havia uma intenção de regular os gêneros, embasados nas premissas de práticas sexuais e fisionomia corporal. Os saberes produzidos acerca da do corpo e da sexualidade eram operados por meio de discursos criando estratégias de poder, através de redes de articulação integradas/correlacionadas/interconectadas que regulamentam a vida dos sujeitos no meio social, dizendo o que era permitido, e o que era proibido, operacionalizando assim a ordem do normal e do anormal.

Um olhar atento sobre o que foi e continua sendo produzido sobre a História da Educação denota a presença da heteronormatividade, isto é, um aparato de poder e força normalizadora da ordem social que representa às expectativas, demandas e obrigações sociais derivadas do pressuposto da heterossexualidade como natural, e, portanto, fundamento da sociedade (MISKOLCI, 2012).

A heteronormatividade produz abjeções, ou seja, um efeito segregador sobre os corpos, que existe não apenas pela negação dos direitos daqueles que são identificados por “antinaturais”, mas também pela própria ausência de legitimidade e reconhecimento dos mesmos, inclusive no campo científico.

Ao pensarmos sobre o que é produzido na História da Educação, podemos aferir a referida relação entre gênero, abjeção e heteronormatividade. Eis alguns questionamentos oportunos: Por que a categoria mulher está, na maioria das vezes, articulada as ciências pedagógicas ou humanas e esquivada das ciências naturais? Por acaso elas não participavam das mesmas? Por que os homens heterossexuais são vistos, na maioria das vezes, como viris, líderes, honrados e até certo ponto controladores? Por que os documentos não demonstram a amabilidade, os vícios e fraquezas dos mesmos? Será que eles não eram assim ou os documentos tendem a legitimar uma padronização da masculinidade? Onde estão os sujeitos homossexuais e transexuais na História da Educação? Por que não lemos sobre eles nos discursos pedagógicos de outrora?

A complexidade dessas perguntas demonstra o valor promissor do diálogo entre História da Educação e teoria *Queer*. Assinala que as regulações de gênero são reiteradas, quanto mais às práticas corporais são invocadas e citadas a partir da premissa de natureza humana e transmitidas por meio da linguagem, inclusive do discurso acadêmico.

Em alguns casos, estas regulações de gênero são remodeladas ou abolidas, mas não percebemos as fissuras, os rompimentos no tempo histórico. Conforme Sedman

(apud DENZIN, LINCOLN, 2006), os adeptos da teoria *Queer*, enxergam as sexualidades não apenas como expressões das identidades, mas como categorias de conhecimentos cotidianos e científicos. Trata-se de uma linguagem normativa, à medida que influencia limites morais e hierarquias socioculturais.

Diante disso, a teoria *Queer* sugere que o estudo das “outras” sexualidades humanas não deveria ser um estudo sobre as minorias, mas uma investigação acerca dos conhecimentos e das práticas sociais que organizam a sociedade em tempos históricos variados, “sexualizando” desejos, atos, cultura e instituições sociais.

Antes de reiterar noções de normalidade, diferença e hierarquias nas regulações de gênero, parece-nos produtivo refletir sobre os processos que perpassam as próprias regulações. Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas de assumir uma postura nova na forma de ensinar e aprender a História da Educação, sabendo que é em contextos históricos específicos onde às regulações de gênero adquirem significado.

Logo, compartilhamos o pressuposto de que não é necessário entender as origens das práticas corporais que caracterizam as regulações de gêneros, mas entender como isso se mantém ou não, isto é, como os desvios das normas interrompem o processo regulador, instituindo novos modos de viver e conviver em sociedade.

## Considerações Finais

O diálogo entre História da Educação e teoria *Queer* adentra as margens do passado e do presente, com teor crítico, desnaturalizando e estranhando a vida individual e social. Mostra-se como uma iniciativa pós-identitária de educar, possível de ser colocada em prática na formação de professores-pesquisadores, incluindo pedagogos e historiadores, sendo um dos primeiros passos à introdução para a reflexão sobre as questões sociais de gênero e sexualidades de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) numa perspectiva *queer*, bem como a desconstrução e subversão de uma suposta natureza humana, heterossexual e inquestionável.

Além disso, revela-se promissor na medida em que tenta germinar um novo tipo de prática pedagógica, onde esta não se restrinja a repetição do mesmo, mas na alteridade e aceitação do outro; uma prática pedagógica que não reivindica a explicação única, mas que se reconhece na

pluralidade de sentidos, saberes e processos; uma prática pedagógica que compreende os limites de sua interpretação.

O diálogo entre História da Educação e teoria *Queer* aposta na multiplicação das diferenças que podem subverter os discursos totalizantes, hegemônicos, do cotidiano acadêmico e escolar. Todavia, adverte a importância de contextualizar as formas de agir e reagir, pois a agência não é igual em todos os tempos e espaços. Serve para estranhar e não (re)legitimar padrões e relações vigentes. Assim, a formação de professores-pesquisadores tende a criar uma prática reflexiva dos ditos, escritos e silêncios da História.

Neste artigo priorizamos as regulações de gênero, por entender que as mesmas afetam diretamente na formação de professores-pesquisadores, enquanto profissionais e sujeitos. Porém, acreditamos que outras temáticas podem ser trabalhadas a partir da perspectiva mencionada. O processo de desconstruir e estranhar os saberes acadêmicos demanda sagacidade, para não cair em incorporações infundadas ou alegações baseadas no senso comum. Todavia, abre oportunidades para a compreensão do outro, o conhecimento de si mesmo e das relações que perpassam os processos de subjetivação em contextos espaço-temporais variados.

Antes de finalizar, é válido destacar o caráter científico-político-militante da teoria *queer*. A mesma é múltipla e propicia uma série de itinerários para a formação dos professores-pesquisadores, pois busca promover mudanças e rupturas sociais dos paradigmas de sexo e gênero, difundidos e dissolvidos nas mais diversas disciplinas como normais e naturais.

Com o auxílio da referida teoria podemos pensar numa História da Educação onde mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais também são sujeitos construtores dessa história. Mesmo que tenham tido seus nomes excluídos, eles existiram e existem em nossa sociedade, sendo potência e potencializadores de modos de ser e estar no mundo.

Nesse sentido, podemos pensar que os diálogos entre História da Educação e teoria *Queer* pode ser uma possibilidade válida para a construção de uma nova forma de educar, onde é possível congrega o passado e o presente numa reflexão contínua em busca de mudanças nos paradigmas sociais.

# Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'**. In: LOURO, Guacira Lopes. **Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

**Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. Traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

**Deshacerel Género**. Traduzido por Patrícia Soley-Beltran. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 2006.

Actos Performativos e Constituição de Género. Um ensaio sobre

Fenomenologia e Teoria Feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca.

**Gênero, Cultura Visual e Performances: Antologia Crítica**. Minho-Portugal: Centro de Estudos Humanísticos; Húmus, 2011. (Coleção Antologias – 2).

Regulações de gênero. **Cadernos Pagu** (42). Jan – jun. p. 249 – 274. 2014.

COURTINE, J-J. História e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. **História do corpo: As mutações do olhar: o século XX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**. São Paulo: Penso Editora LTDA. 2014.

DA SILVA THIESEN, Juares. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 545, 2008.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

HALL, S. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer — uma política pós-identitária para a educação.

**Revista Estudos Feministas**. vol. 9 (2), 2001, p. 541-553.

\_Sexualidades: Lições da Escola. In: MEYER, Elisabeth Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues; ZEN, Maria Isabel Habckost; XAVIER, Maria Luísa Merino de Freitas (orgs). **Saúde, Sexualidade e Gênero na Educação de Jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Uma Leitura da História da Educação sob a Perspectiva de Gênero. **Proj. História**. São Paulo. n 11. nov. 1994. P. 31-43.

Gênero e Sexualidade: Pedagogias Contemporâneas. **Pro-posições**. v.19. n.56 (2). Mai-ago. 2008. p. 17-23.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PERES, W. S. Travestilidades Nômades: a explosão dos binarismos e a emergência *queering*. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 539-547, 2012.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, v. 19, n.1, p. 11-20, 2011.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria *Queer***. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 20. n.2. jul – dez. 1995. P. 71-99.

Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**. n.3 Campinas – SP. 1994. p. 11-27.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. **Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.